



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0007653-53.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**  
 Requerente: **Fazenda do Estado de São Paulo**  
 Requerido: **Tramer São Carlos Textil Lt**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Leonardo Christiano Melo**

Vistos.

Trata-se de execução ajuizada pela **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** que foi julgada extinta diante do acolhimento da exceção de pré-executividade oposta, ora em fase de cumprimento de sentença quanto aos honorários advocatícios fixados em favor do excipiente-contribuinte.

O excipiente apresentou cálculos no valor de R\$ 6.393,48 (fls. 80).

A autora-executada apresentou impugnação questionando a forma de cálculo utilizada (fl. 86/89), formulando novo memorial, com o qual concordou o exequente (fls. 95).

É o relatório. DECIDO.

A impugnação apresentada merece ser acolhida.

Com efeito, as condenações impostas à Fazenda Pública devem observar a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade proferidos nas ADINs 4357 e 4425 no seguinte sentido: fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da emenda constitucional nº 62/2009, até 25/03/2015, data após a qual os créditos imprecatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA – E).

Nesse sentido, vem entendendo o Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*“(…) JUROS E CORREÇÃO - Lei n.º 11.960/09 Aplicabilidade - Efeitos da declaração de inconstitucionalidade das ADIs n. 4.357 e 4.425 que foram modulados pela Suprema Corte, em 25.03.2015, somente para fins de precatórios, nada ficando decidido quanto à fase de liquidação, razão pela qual aplica-se, nesta fase processual, a Lei n. 11.960/09, até que seja decidido o incidente instaurado na Repercussão Geral n. 810/STF (...) (TJSP-Apelação 0001694-36.2014.8.26.0506 Relator(a): Silvia Meirelles; Comarca: Ribeirão Preto; Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/06/2015; Data de registro: 01/07/2015)*

De outra parte, cabe consignar que o exequente não manifestou discordância quanto aos cálculos elaborados pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo (fls. 95).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a impugnação apresentada pela **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** ao cumprimento de sentença requerido por **FABIO JORGE CAVALHEIRO**, com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, para reconhecer excesso da execução.

Prossiga-se a execução pelo valor de R\$ 5.556,54 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), atualizados até 1º/05/2016 (fls. 90/92).

Não há condenação em honorários de sucumbência em virtude da ausência de resistência pelo exequente.

**P.R.I.C.**

São Carlos, 21 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**